

SIMPÓSIO AT177

O ESTATUTO DA SÉ DA BAHIA: REGISTRO DAS PRÁTICAS ECLESIÁSTICAS RELATIVAS À EVANGELIZAÇÃO NAS REGIÕES ULTRAMARINAS

LUZ, Elian Conceição
Universidade Federal da Bahia (UFBa)
elianconceicao luz@gmail.com

PEREIRA, Norma Suely da Silva
Universidade Federal da Bahia (UFBa)
normasuelypereira@yahoo.com.br

Resumo: No período colonial, a Igreja, representada pela Sé, pelas ordens religiosas e pelas confrarias, possuía fundamental importância para a expansão dos domínios do Império Português, auxiliando à Coroa na administração das regiões além mar e na difusão de uma doutrina teológica favorável aos interesses dos homens nobres (ALENCASTRO, 2000). Nos documentos eclesiásticos relativos à Capitania da Bahia, é possível conhecer as atividades realizadas pela Igreja durante o período colonial, o que pode ser atestado na leitura do Estatuto e dos Regimentos da Sé, documentos manuscritos provenientes da Arquidiocese que, entre 1718 e 1720, foram sistematizados pelo arcebispo Dom Sebastião Monteyro da Vide, então arcebispo da cidade do Salvador. Na presente comunicação, por meio desta documentação, buscou-se evidenciar as práticas dos cônegos, tanto das obrigações seculares ordinárias provenientes da administração da Catedral quanto no compromisso de cada um nos rituais eclesiásticos e no Coro. Assim, considerando-se a relevância do léxico como uma via de conhecimento do contexto sócio-histórico e da língua desse período (VILELA, 1994; MURAKAWA, 1998), incluiu-se, no estudo, um breve glossário de termos eclesiásticos, evidenciando a importância da mediação filológica no esclarecimento do texto (CUNHA, 1994). Foram ainda mobilizados métodos de outras ciências, a exemplo da Paleografia (ACIOLI, 1994; HIGOUNET, 2003) e Diplomática (BELLOTTO, 2002; DURANTI, 2015), a fim de disponibilizar informações complementares que auxiliam a compreensão do teor do documento, indo além da edição (SPINA, 1977), ao evidenciar a importância do conhecimento das fontes primárias, seja para o esclarecimento da história da língua, seja no resgate dos acontecimentos históricos.

Palavras-chave: Filologia Textual, História Cultural, Bahia Colonial, Estatuto da Sé.

Abstract: In the colonial period, the Church, represented by the See, the religious orders and the confraternities, was of fundamental importance for the expansion of the Portuguese Empire, aiding the Crown in the administration of regions beyond the sea and in the diffusion of a theological doctrine favorable to the interests of noble men (ALENCASTRO, 2000). In the ecclesiastical documents relating to the Captaincy of Bahia, it is possible to know the activities carried out by the Church during the colonial period, which can be attested in the reading of the Statute and the Rules of the See, manuscripts originating from the Archdiocese between 1718 and 1720, systematized by Archbishop Dom Sebastião Monteyro da Vide, archbishop of the city of Salvador. In this communication, through this documentation, it was sought to highlight the practices of the canons, both of the secular ordinary obligations coming from the Cathedral administration and the commitment of each one to the ecclesiastical rituals and the Choir. Thus, considering the relevance of the lexicon as a way of knowing the socio-historical context and the language of that period (VILELA, 1994; MURAKAWA, 1998), a brief glossary of ecclesiastical terms was included in the study, evidencing the importance of philological mediation in clarifying the text (CUNHA, 1994). Methods of other sciences, such as Paleography (ACIOLI, 1994; HIGOUNET, 2003) and Diplomatics (BELLOTTO, 2002; DURANTI, 2015) were also mobilized in order to provide complementary information that helps to understand the content of the document, going beyond (SPINA, 1977), highlighting the importance of knowledge of the primary sources, whether for the clarification of the history of the language or the rescue of historical events.

Keywords: Textual Philology, Cultural History, Colonial Bahia, Statute of the Cathedral.

Introdução

O Catolicismo exerceu forte influência sobre as coroas portuguesas, em especial, no reinado de Dom João V (BRASÃO, 1937; ARAÚJO, 2011; COSTA, 2011). Assim, na Bahia Colonial, observou-se que o clero regular e secular, bem como as diversas irmandades que comungavam este credo, deram sustentação às atividades da Coroa Portuguesa, possibilitando a conquista e controle de terras ultramarinas. Pois, os clérigos eram fundamentais para a evangelização e administração dos povoados, as igrejas, confrarias e ordens tinham o interesse de prover diversas atividades de impacto social, como a manutenção de hospitais, festejos fúnebres, casamentos e rituais diversos (HOORNAERT, 2012; ALENCASTRO, 2000).

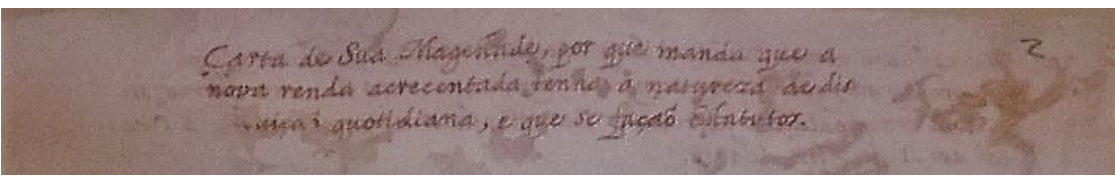
Neste trabalho, apresentam-se aspectos de uma edição semidiplomática desenvolvida a partir do Estatuto da Sé da Cidade da Bahia, na qual realizou-se, apenas, o desdobramento das abreviaturas, conservando e contextualizando os aspectos linguístico registrados no documento, além de considerações sobre a mancha escrita e o léxico eclesiástico que integram os documentos.

1. O Estatuto da Sé da Cidade da Bahia

No Estatuto da Sé, encontram-se informações valiosas sobre as práticas sociorreligiosas que marcaram a sociedade colonial, em particular a vida eclesiástica baiana, com destaque para a responsabilidade de cada cônego e os rituais realizados na Catedral da Sé, então sede do Arcebispado do Estado do Brasil.

O dito documento foi sistematizado de 1718 a 1720 pelo então arcebispo da Bahia, Dom Monteyro da Vide, por determinação da Vossa Magestade Dom João V. Acompanham o Estatuto, duas cartas régias e dois regimentos. As cartas são cópias que relatam as motivações para o desenvolvimento do Estatuto e dos Regimentos, como pode ser observado na descrição realizada pelo copista que se apresenta no Quadro 1:

Quadro 1. Carta Régia ao Arcebispo da Cidade da Bahia em 1718.


2
Carta de Sua Magestade, por que manda que a nova renda acrescentada tenha a natureza de dis[=] [tribu]iça[õ] quotidiana, e que se façaõ Estatutos.

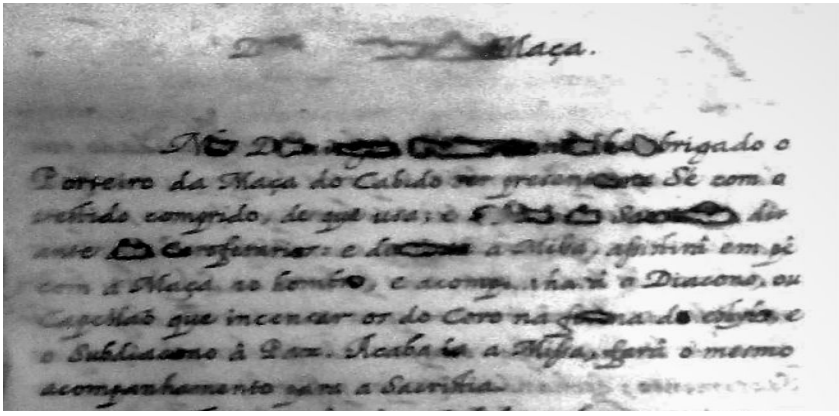
Fonte. Elaborado pelos autores (ESTATUTO DA SÉ DA BAHIA, 1718, f. 2r)

Como pode ser observado, Carta régia é um documento que dispõe uma

vontade real. Neste caso, trata-se da dobra da cônica, espécie de remuneração direcionada aos cônegos da Sé, o que se realizaria com a garantia da sistematização de estatutos, a grande importância do clero secular para a administração dos sacramentos, a exemplo do batismo, do casamento, da confissão anual na Quaresma e dos ritos fúnebres, além da missa de sétimo dia (HOORNAERT, 2012). Assim, para o controle dessas e outras atividades, a constituição do Estatutos e dos regimento era fundamental.

Ao todo, os documentos selecionados para edição, constituem 56 fôlios, em escrita em letra cursiva do século XVIII de fácil leitura em geral que não oferecem grande diversidade de abreviaturas. Contudo, houve dificuldades onde a tinta ferrogálica apresenta-se oxidada, como pode ser observado no Quadro 2:

Quadro 2. Do Porteiro da Maça

	
	<p>D[o Porteiro da M]aça.</p> <p>N[corroído] D[corroído] [o]brigado o Porteiro da Maça do Cabido ser<?> presen[te na] Sé com o vestido comprido, de que usa; e [corroído] Sa[corroído] di= ante do Coroferarios: e d[urante] a Missa, assistirá em pê com a Maça ao hombro, e acomp[a]nhará o Diacono, ou Capellaõ que incensar os Coro na forma do estylo e o Subdiacono â Paz. Acabada a Missa, fará o mesmo acompanhamento para a Sacristia</p>

Fonte. Elaborado pelos autores (ESTATUTO DA SÉ DA BAHIA, 1719, f. 36r).

Outro ponto que merece destaque, é a presença de letras geminadas, a exemplo de *cc*, *ff*, *ll*, *nn*, *mm* e *tt*, bem como os grupos consonantais, *ct* e *th*, o que pode ser observado no Quadro 3, posicionado logo abaixo.

Quadro 3. letras geminadas e grupos consonantais

	FACSIMILE	TRANSCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO
cc		Ecclesiastico	f. 24v: l.19
ff		Officios	f. 26v: l.10
ll		della	f.26v: l.4
mm		encommendamos	f.25v: l.27
nn		Annun//ciação	f.26r: l.7
ct		Amictos	f.26r: l.1
tt		remetterã	f.24v: l.20
th		Thesoureiro	f.26r: l.1

Fonte. Elaborado pelos autores a partir do (ESTATUTO DA SÉ DA BAHIA, 1719)

3. O léxico eclesiástico

No estudo das práticas culturais, desenvolveu-se o estudo do léxico eclesiástico, contribuindo para o esclarecimento de lacunas no conhecimento do sistema linguístico do período colonial, bem como do sentido utilizado em cada documento, nesse contexto específico, buscou-se melhor conhecer o panorama histórico e cultural, bem como aspectos outros da realidade extralinguística dos *corpora* estudados, evidenciando-se a importância da mediação filológica no estudo das fontes primárias por meio da elaboração de glossários seletivos.

Assim, por meio de obras lexicográficas mais próximas ao período como Bluteau (1728) e Silva (1813), estudaram-se algumas unidades lexicais com construção de verbetes, como exemplificado a seguir:

CAPELLAËS 1. Clérigo responsável por compor o coro, ou dizer a missa.

CONEGOS 1. Clérigo que presta assistência em uma catedral.

CONGRUA 1. Quantia dada ao eclesiástico para o seu sustento.

DIGNIDADES 1. Cargos com maiores honrarias, no Cabido da Sé, as principais dignidades são o Deão, Chantre, Mestre Escola, Arcediago e Thesoureiro-Mor.

OFFICIO DIVINO 1. Tudo que se reza, e se faz em honra de Deos e dos Santos nas Igrejas.

Dessa forma, no desenvolvimento da pesquisa, os estudos lexicais desenvolvidos a partir de fontes primárias colaboram para a preservação da memória deste período, bem como com o esclarecimento de possíveis lacunas no conhecimento da língua e épocas pretéritas (MURAKAWA, 1998, 1998).

Conclusão

Ao desenvolver estudos a partir de documentos históricos, observa-se o texto como testemunho das práticas culturais do passado, sendo um ponto de interseção entre a História Cultural e a Filologia textual (SPINA, 1977). Portanto, a edição do Estatuto da Sé da Cidade do Salvador, apresenta a importância das práticas eclesiásticas, em especial, aquelas relativas ao Cabido da Sé, enquanto *caput* da Igreja secular no Estado do Brasil, o que demonstra a magnificência da Bahia como Cabeça de Estado, testemunhando a importância e complexidade da organização das suas funções administrativas, eclesiásticas e sociais no contexto da América Portuguesa.

Referências

ACIOLI, V. L. C. **A Escrita no Brasil Colônia**: Um Guia para Leitura de Documentos Manuscritos. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Massangana, 1994.

ALENCASTRO, L F. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARAÚJO, Ana Cristina. Ritualidade e poder na corte de D. João V: a gênese simbólica do regalismo político. **Revista de história das idéias**. Coimbra, v. 22, p. 175-208, 2011.

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de Arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BLUTEAU, R. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

DURANTI, L. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 196-215, jan./jun. 2015.

ESTATUTO DA SÉ DA BAHIA, Arquidiocese, Salvador, 1719. Arquivo eclesiástico da Cúria Metropolitana.

HOORNAERT, E. A Igreja católica no Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie (Org.) **História da América latina**: América latina colonial. Tradução: Maria Clara Cescato. 2.ed. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. p. 553-568.

HIGOUNET, C. **História concisa da escrita**. 10. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

GLÉNISSON, J. **Iniciação aos Estudos Históricos**. São Paulo: Bertrand Brasil-Difel, 1986.

MURAKAWA, C. A. A. Tradição lexicográfica portuguesa: Bluteau, Morais e Vieira. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (Org.) **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2 ed. Campo Grande: EDUFMS, 1998. p. 151-157.

_____. Dicionário histórico do português do Brasil: problemas e soluções. In: ISQUERDO, A.N.; BARROS, L. A. (Org.) **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2 ed. Campo Grande: EDUFMS, 2010. p. 237-252.

SILVA, A. M. **Diccionario da lingua portugueza Lisboa**: Typographia Lacerdina, 1813.

SPINA, S. **Introdução à Edótica**: Crítica Textual. 2 ed. rev. atual. São Paulo: Ars Poética; EDUSP, 1977.

VILELA, M. **Estudos de lexicologia do português**. Coimbra. Almedina, 1994.